



## MERCADOS



## Bolsa inicia semana em alta de 0,44%, aos 128,1 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Na contramão de Nova York, onde prevaleceu ontem leve sinal negativo, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) reverteu parte da perda acumulada ao longo da semana passada, de 0,71%, com as principais ações do Índice Bovespa (Ibovespa) alinhadas na mesma direção ontem. Ao fim, mostrava ganho de 0,44%, aos 128.154,79 pontos, com giro enfraquecido a R\$ 18,4 bilhões, em dia no qual os investidores contaram com poucos catalisadores para orientar os negócios. Ainda assim, o Ibovespa praticamente operou apenas no positivo, ao sair de abertura a 127.599,57 e tocar mínima a 127.598,83 - na máxima, atingiu 128.669,39 pontos. No mês, avança 1,77%, com perda no ano a 4,49%.

Apesar de algum fechamento observado na curva de juros nesta primeira sessão da semana, empresas exportadoras como Vale (ON +0,59%) e Marfrig (ON +1,21%) estiveram ontem entre as de melhor desempenho. Na ponta do Ibovespa, nomes do setor metálico, como CSN Mineração (+8,48%) e CSN (+2,17%), ao lado de papéis como RaiaDrogasil (+3,51%) e Magazine Luiza (+2,60%), do ci-

clo doméstico, além de B3 (+2,65%) e Embraer (+2,30%). No lado oposto, Yduqs (-11,85%), após balanço trimestral, à frente de LWSA (-3,05%) e de IRB (-2,96%).

Nas commodities, o dia foi positivo para o minério, em alta perto de 2,5% em Dalian, na China, e para o petróleo em Nova York e Londres, com o WTI e o Brent mostrando avanço em torno de 1%. Aqui, Petrobras ON e PN tiveram leve ganho de 0,02% e 0,1%, pela ordem, na sessão. Entre os grandes bancos, o sinal também foi positivo, com Itaú (PN +1,23%) à frente nesta segunda-feira - exceção para Bradesco ON, em baixa de 0,25% no fechamento.

## DÓLAR

O dólar à vista se firmou em leve baixa nas últimas horas de negociação, em sintonia com o exterior, e encerrou a sessão de ontem, em queda de 0,14%, cotado a R\$ 5,151.

O dólar ganhou certo impulso no início da tarde e chegou a superar os R\$ 5,16, com máxima a R\$ 5,1639, quando houve desaceleração da baixa dos retornos dos Treasuries, na esteira de piora de estimativas inflacionárias em pesquisa mensal do Federal Reserve de Nova York.

## BALANÇO

# Petrobras tem lucro líquido de R\$ 23,7 bilhões no 1º trimestre

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

**A** Petrobras obteve um lucro líquido de R\$ 23,7 bilhões no 1º trimestre de 2024, uma queda de 23% em relação ao 4º período do ano passado. De acordo com a companhia, o resultado é consequência da desvalorização cambial do final de período e menor venda de óleo e derivados, "algo comum no 1º trimestre do ano, quando há menor demanda por diesel, assim como a redução do preço do petróleo e da margem de diesel".

Segundo o diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores, Sergio Leite, a desvalorização cambial impacta no demonstrativo financeiro, mas não afeta o caixa da companhia.

No resultado financeiro do período, foi registrado Fluxo de Caixa Operacional de R\$ 46,5 bilhões e resultado ajustado, antes de juros, impostos, depreciação e despesas de amortização, de R\$ 60 bilhões. De acordo com o balanço da companhia, o endividamento financeiro no trimestre teve uma redução de US\$ 1,1

bilhão, atingindo US\$ 27,7 bilhões. A dívida bruta manteve-se em US\$ 61,8 bilhões, incluindo os arrendamentos.

O presidente da estatal, Jean Paul Prates, ressaltou o compromisso de manter os investimentos previstos e geração de valor para os acionistas. "Os dados financeiros e operacionais da Petrobras no 1º trimestre de 2024 são consistentes com a rota da companhia em cumprir seu Plano Estratégico (2024-28) de forma eficiente e sustentável. No trimestre, mantivemos uma geração de caixa consistente, que nos dá segurança em relação aos investimentos futuros, incluindo os que tem como foco o crescimento da produção da companhia", avaliou Prates. No primeiro trimestre do ano, os investimentos totalizaram US\$ 3 bilhões (cerca de R\$ 15 bilhões).

A produção média de óleo, gás natural liquefeito e gás natural alcançou 2.776 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), um aumento de 3,7% em comparação com a produção do mesmo período do ano anterior.

## DIVIDENDOS

O conselho de administração da Petrobras aprovou ontem, o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) da ordem de R\$ 13,45 bilhões relativos ao resultado do primeiro trimestre de 2024. O provento equivale a uma remuneração de R\$ 1,04 por ação ordinária e preferencial. O pagamento será feito em duas parcelas iguais de R\$ 0,52 por ação em 20 de agosto e, depois, em 20 de setembro.

O montante veio 45,5% abaixo dos dividendos de R\$ 24,7 bilhões relativos a igual período do ano passado. A redução está ligada não só a um balanço menor, mas, também, à mudança na fórmula de cálculo dos dividendos, que caiu de 60% para 45% do fluxo de caixa livre, implementada em julho de 2023.

Apesar da redução, a regularidade dos dividendos da Petrobras sob o governo Lula vinha surpreendendo positivamente o mercado com valorização do papel, à exceção dos dias que se seguiram à retenção dos dividendos extraordinários de 2023,

decisão revertida em assembleia de acionistas no fim de abril.

## UNIÃO

Dona de 36,6% do capital da empresa, via Tesouro, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seu braço de participações, o BNDES-Par, a União vai ficar com R\$ 4,92 bilhões dos dividendos aprovados nesse primeiro trimestre de 2024.

Em 2022, a União ficou com cerca de R\$ 79 bilhões do total de R\$ 215,7 bilhões distribuídos a acionistas relativos àquele exercício.

## ANTERIORES

Em 2023, a Petrobras distribuiu R\$ 94,4 bilhões, o que inclui R\$ 72,4 de proventos ordinários e mais R\$ 22 bilhões extraordinários, metade do valor apurado. A outra metade, informou a empresa, está em reserva de remuneração e pode ser distribuída em parcelas até o fim deste ano. Em 2022, foram R\$ 215,7 bilhões distribuídos a acionistas relativos ao exercício daquele ano.

## 2024

## Mercado eleva a 2,09% projeção de alta do PIB

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,05% para 2,09%. A estimativa está no boletim *Focus* de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país) é crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%. A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5,05.

## INFLAÇÃO

Nesta edição do *Focus*, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a inflação oficial do país - em 2024 subiu de 3,72% para 3,76%. Para 2025, a projeção da inflação ficou em 3,66%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual pa-

ra cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância. Em abril, pressionada pelos preços de alimentos e gastos com saúde e cuidados pessoais, a inflação do país foi 0,38%, acima do observado no mês anterior (0,16%), mas abaixo do apurado em abril do ano passado (0,61%). De acordo com o IBGE, em 12 meses, o IPCA acumula 3,69%.

## TAXA DE JUROS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta recente do dólar e o aumento das incertezas fizeram o BC diminuir o ritmo do corte de juros, que vinham sendo de 0,5 ponto percentual, para 0,25 ponto.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas. Com o controle dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo.

## COMÉRCIO EXTERNO

## Balança tem superávit de US\$ 1,738 bilhão na segunda semana de maio

SANDRA MANFRINI/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,738 bilhão na segunda semana de maio, resultado de exportações de US\$ 7,224 bilhões menos importações de US\$ 5,486 bilhões. Os dados foram divulgados ontem, pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Na primeira semana do mês, com apenas dois dias úteis, a balança comercial teve superávit de US\$ 1,467 bilhão, com exportações de US\$ 4,023 bilhões e importações de US\$ 2,556 bilhões.

Com esse desempenho, no mês de maio, a balança comercial acumula superávit de US\$ 3,205 bilhões até o dia 12. As ex-

portações somam US\$ 11,247 bilhões e as importações, US\$ 8,042 bilhões. No ano, o saldo comercial é positivo em US\$ 30,940 bilhões. As vendas externas somam no ano, até 12 de maio, US\$ 120,096 bilhões, e as importações, US\$ 89,156 bilhões.

Segundo dados divulgados pela Secex, até a segunda semana de maio, as exportações cresceram 8,2% na comparação com maio de 2023. Já as importações tiveram alta de 16,5% pela média diária.

Por setores, até a segunda semana do mês, houve crescimento de 2,7% em Agropecuária; queda de 1,9% em Indústria Extrativa; e crescimento de 15,8% em Indústria de Transformação. Esse aumento das exportações foi puxado, principalmente, pelo crescimento

nas vendas dos seguintes produtos: Animais vivos, não incluído pescados ou crustáceos (83,8%), Café não torrado (94,4%) e Algodão em bruto (464,8%) na Agropecuária; Pedra, areia e cascalho (123,0%), Minérios de cobre e seus concentrados (37,2%) e Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (214,3%) na Indústria Extrativa; Açúcares e melações (34,8%), Celulose (104,3%) e Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (21,6%) na Indústria de Transformação.

Com relação às importações, o desempenho por setor, no acumulado de maio em relação ao mesmo mês de 2023, foi: crescimento de 64,2% em Agropecuária; alta de 70,6% em Indústria Extrativa; e au-

mento de 11,7% em Indústria de Transformação. O destaque nas importações foi para as compras de: Trigo e centeio, não moídos (116,1%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (71,9%) e Soja (95.224,1%) na Agropecuária; Fertilizantes brutos (exceto adubos) (125,7%), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (130,7%) e Gás natural, liquefeito ou não (310,9%) na Indústria Extrativa; Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (45,4%), Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (119,0%) e Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (exceto motores de pistão e geradores) (42,2%) na Indústria de Transformação.

## FECOMÉRCIO

## Custo de vida na Grande São Paulo sobe 0,97% no primeiro trimestre

ADRIANA VICTORINO/AE

A população que mora na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) viu o custo de vida aumentar em 0,97% no primeiro trimestre deste ano, conforme dados da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) divulgados ontem.

O mês de março manteve estabilidade em 0,01% após um avanço de 0,71% registrado no

período anterior. Nos últimos 12 meses, o indicador Custo de Vida por Classe Social (CVCS), formado pelo Índice de Preços de Serviços (IPS) e pelo Índice de Preços do Varejo (IPV), acumula alta de 3,09%.

Os setores com resultados mais expressivos para o indicador em março foram transportes, saúde e cuidados pessoais e alimentos e bebidas. As áreas da saúde e cuidados pessoais foram as responsáveis pela maior alta no mês, de 0,55%,

em meio aos reajustes nos planos de saúde e serviços médicos. Alimentos e bebidas sofreram uma elevação de 0,10% no período, avanço contido pela queda de 1% no preço do óleo diesel.

Por outro lado, o setor de transportes registrou deflação de 0,28% com a diminuição nos preços das passagens aéreas e bilhetes de ônibus interestaduais, sendo assim o maior responsável pelo resultado estável do mês que fechou o trimestre

As áreas relacionadas a comunicação, vestuário, despesas pessoais, artigos do lar e habitação também apresentaram quedas, embora estas tenham sido pouco expressivas para o indicador.

O assessor econômico da FecomercioSP, Guilherme Dietze, afirmou que os resultados de março foram um alívio para as famílias que moram na Grande São Paulo, já que "tiram o temor de uma sequência mais longa de pressão sobre os preços, principalmente de alimentos".

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

## AJUDA FINANCEIRA

# Governo suspende parcelas e perdoa juros da dívida do RS

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem a decisão de suspender o pagamento da dívida do Rio Grande do Sul com a União pelo período de 36 meses. Além disso, os juros que corrigem a dívida anualmente, em torno de 4%, serão perdoados pelo mesmo período. O estoque da dívida do estado com a União está em cerca de R\$ 100 bilhões atualmente e, com a suspensão das parcelas, o estado disporá de R\$ 11 bilhões a serem utilizados em ações de reconstrução. O Rio Grande do Sul é um dos estados que participa de um regime de recuperação fiscal com a União, assinado em 2022, e enfrenta efeitos devastadores das enchentes que atingem a região há cerca de duas semanas.

O anúncio da suspensão da dívida foi feito em reunião com as presenças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do governador gaúcho, Eduardo Leite - que participou de forma remota -, dos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, do vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, além de outros ministros do governo federal, como Rui Costa (Casa Civil) e Paulo Pimenta (Comunicação Social).

Segundo Haddad, a suspensão da dívida e renúncia dos juros está prevista em proposta de lei complementar que será enviada ao Congresso Nacional,

que precisa aprovar o texto. O projeto de lei prevê que os recursos que o Rio Grande do Sul deveria pagar à União sejam depositados em um 'fundo contábil' com aplicação exclusiva em ações de reconstrução da infraestrutura do estado.

"Essa [proposta de] lei complementar prevê a suspensão do pagamento da dívida do Rio Grande do Sul, 100% do pagamento, durante 36 meses. E, para além disso, é importante frisar esse aspecto que eu vou citar. Os juros da dívida serão zerados sobre o estoque, sobre todo o estoque da dívida, pelo mesmo prazo. O que significa dizer que nós vamos poder contar com cerca de R\$ 11 bilhões, que seriam destinados ao pagamento da dívida do Rio Grande do Sul, frente à União, para um fundo contábil, que deverá ser investido na reconstrução do estado, segundo um plano de trabalho que o senhor [governador] vai elaborar, junto com sua equipe, evidentemente, em diálogo com o povo do Rio Grande do Sul", anunciou durante a transmissão.

Em seguida, Haddad explicou que o perdão dos juros que incidem sobre a dívida, de 4% ao ano, gerará uma economia de cerca de R\$ 12 bilhões para o estado em 36 meses, superior ao valor das parcelas que ficarão suspensas durante o período. "Ao final dos 36 meses, os juros sobre o estoque de todo o período estarão sendo perdoados, o que é superior à soma das 36 parcelas".

Depois da reunião, Arthur Lira disse nas redes sociais que a Câmara dos Deputados vai analisar o projeto ainda nesta sema-

na, no menor prazo possível, dentro de um "esforço concentrado para mitigar o sofrimento da população gaúcha".

## COMPROMISSO

Em declaração pouco antes do anúncio, o presidente Lula destacou a participação dos chefes dos Três Poderes como sinalização do compromisso com a recuperação total do Rio Grande do Sul e aprovação das medidas em curso.

"Eu queria, outra vez, governador, dizer pra você que a composição dessa mesa é a necessidade de passar, para o povo do Rio Grande do Sul, a ideia de que todas instituições que têm a ver com a governança desse país, que têm que a ver com sustentabilidade da democracia desse país, estão unidas em torno do Rio Grande do Sul. Não teremos problemas de aprovar as coisas na Câmara, no Senado. Não teremos problemas no Tribunal de Contas da União, na Suprema Corte. Tudo será feito de comum acordo para que a gente possa atender o mais rápido possível as necessidades do povo gaúcho", afirmou.

Em resposta, o governador Eduardo Leite agradeceu a interlocução do governo federal, explicou que o estado chegou a pleitear um pedido de quitação da dívida, mas classificou como "passo muito importante" a suspensão de pagamento do débito por três anos.

"Nesse tema da dívida, acho que damos um passo muito importante nessa definição, nessa decisão. Nós fizemos essa demanda. A nossa demanda inclui um pedido de quitação desses valores, mas entendemos que é

um passo, sem prejuízo de tantos outros que serão necessários", afirmou o governador. Segundo Leite, antes mesmo da catástrofe climática que se abateu sobre o estado, a dívida dificultava a vida da administração estadual.

"Mesmo sem crise climática, o Rio Grande do Sul já enfrentava dificuldade, ter contas em dia, pagar salários em dia, pagar hospitais em dia, ter alguma capacidade de investimento. Mas, diante dessa tragédia, esse pagamento da dívida se torna um torneio insuportável para o estado. Já era dramática a situação antes, mais ainda [agora]", acrescentou. Para Leite, no entanto, a suspensão ainda não será suficiente para o que ele estima de recursos necessários à reconstrução do Rio Grande do Sul.

"Infelizmente, não posso dizer que será suficiente esta medida. Vamos precisar de outros tantos apoios em outras tantas frentes e continuar discutindo o tema da dívida no futuro. Os efeitos se farão sentir por alguns anos, não apenas neste meu governo, como também no próximo governo e, possivelmente, por mais alguns anos", observou.

O presidente Lula ainda reafirmou o compromisso de seguir apoiando a recuperação do estado e pediu que o governador mantenha as demandas que achar necessárias para a recuperação total.

"Não deixem de reivindicar aquilo que vocês entendem que pode ajudar o Rio Grande do Sul. É uma catástrofe que a gente não estava preparado, para algo dessa magnitude. Tivemos outras enchentes, mas não dessa magnitude", disse.

## CMN e BC aprovam medidas para amenizar efeitos da calamidade

GIORDANNA NEVES/AE

O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central aprovaram ontem, em reunião extraordinária, medidas que flexibilizam regras ao sistema financeiro nacional como forma de amenizar os efeitos econômicos gerados pelas fortes chuvas no Rio Grande do Sul.

Uma das propostas aprovadas permite que as instituições financeiras deixem de caracterizar como ativos problemáticos as reestruturações de exposições de crédito afetadas pelas chuvas no Rio Grande do Sul. Além disso, o CMN decidiu que as instituições poderão manter a classificação de risco das operações de crédito renegociadas entre 1 de maio e 31 de dezembro, em decorrência dos desastres, no nível observado em 31 de março deste ano.

"Sem a mudança, as instituições financeiras que tivessem que renegociar as dívidas de pessoas e empresas afetadas pelas inundações enfrentariam uma elevação do provisionamento e da exigência de capital. A consequência seria um desestímulo à oferta de crédito que poderia comprometer a capacidade de recuperação econômica dos agentes afetados pelo evento", diz o Conselho.

O CMN também decidiu que as instituições financeiras que possuem mais de 10% de

sua carteira de crédito concedida para pessoas físicas residentes ou pessoas jurídicas estabelecidas nos municípios do RS nos quais foi decretado o estado de calamidade pública ficarão isentas por um ano do cumprimento do compulsório sobre recursos de depósitos de poupança.

De acordo com o Conselho, o montante estimado de liberação de compulsório é de R\$ 8,3 bilhões, com efeito previsto para ocorrer no dia 27 de maio. "Trata-se de oferta de liquidez visando à manutenção do normal funcionamento da intermediação financeira", esclarece em nota.

Em relação ao ProAgro, tendo em vista dificuldades de deslocamento no Estado, o CMN decidiu que as vistorias técnicas necessárias para o pagamento das indenizações do programa poderão ser feitas com o uso de sensoriamento remoto e por meio de dados paramétricos da produtividade dos municípios. "A mudança agilizará o pagamento de indenizações aos produtores rurais afetados pelas enchentes", avaliou.

A nota reforça ainda que o Banco Central continuará monitorando o funcionamento da intermediação financeira na região, "avaliando potenciais medidas adicionais, a fim de manter o funcionamento eficiente e a solidez do sistema financeiro", diz.

## FOLHA DE PAGAMENTO

# Municípios propõem manter desoneração

MARIANA CARNEIRO E ALVARO GRIBEL/AE

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) apresentou uma proposta ontem, ao governo federal de escalonamento da tributação que incide sobre a folha de salários das prefeituras a partir de 2025. Neste ano, segundo a CNM, ficaria valendo a tributação reduzida de 20% para 8%, como aprovado pelo Congresso Nacional no ano passado.

A política de desoneração da folha de pagamentos, ainda que aprovada por ampla maioria pelos parlamentares em 2023, foi questionada pela Advocacia-Geral da União no Supremo Tribunal Federal (STF). Há duas semanas, o ministro Cristiano Zanin concedeu uma liminar suspendendo o benefício tributário, em decisão que foi seguida por outros quatro ministros da Corte. Com isso, as prefeituras e 17 setores econômicos deveriam voltar a ser tributados pela alíquota cheia da contribuição previdenciária patronal, de 20%, a partir do próximo dia 20.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciaram que fechariam um acordo sobre a situação dos 17 setores econômicos. Juntos, eles incluem milhares de empresas que em-

pregam 9 milhões de pessoas. As tratativas preveem que a desoneração da folha seja mantida neste ano e, a partir de 2025, haja uma reoneração gradual até voltar à alíquota de 20% em 2028. No caso dos municípios, a situação continua em aberto.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, afirma que os municípios desejam firmar o mesmo entendimento com o Ministério da Fazenda, ou seja, manter a desoneração neste ano e negociar um escalonamento a partir de 2025. O custo é avaliado pela entidade em R\$ 12,8 bilhões neste ano, uma vez que, pela proposta, o benefício seria estendido para todos os municípios e não ficaria restrito aos que têm até 156 mil habitantes.

A diferença, segundo o presidente da CNM, é que, para as prefeituras, a tributação pararia no teto de 14% em 2028. O percentual, no entanto, não foi aceito por Haddad, que sinalizou haver nova reunião sobre o tema hoje.

Rodrigo Pacheco, por sua vez, defendeu elevar o patamar para a tributação final como parte da negociação: "Uma proposta intermediária escalonada ao longo de 2024 até que 2028 se chegue a uma alíquota que pode ser de 14%, 16%, 18%, é uma discussão que temos de fazer, sempre apresentando a fonte de compensação", afirmou.

# Lula deve anunciar auxílio financeiro às pessoas atingidas por enchentes no RS

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que deve ir ao Rio Grande do Sul novamente amanhã e prometeu o anúncio de medidas de apoio financeiro direto às pessoas para a recuperação de parte dos bens perdidos durante as enchentes que varreram diversas regiões do estado e deixaram centenas de milhares de famílias desabrigadas e desalojadas.

A declaração foi dada após reunião virtual com o governador do Rio Grande do Sul, ontem, em que o governo federal oficializou o envio ao Congresso

Nacional de projeto de lei com a suspensão da dívida do estado com a União por três anos, com renúncia total dos juros sobre o débito durante o período, o que permitirá um aporte de R\$ 11 bilhões em recuperação da infraestrutura.

"Amanhã (14), eu quero anunciar uma série de medidas para as pessoas físicas, ou seja, o recurso para que as pessoas que perderam suas coisas, que precisam comprar alguma coisa, recebam recursos da União para que possam começar a repor parte daquilo que perderam", disse o presidente.

Uma das medidas em discus-

são é a criação de uma espécie de auxílio emergencial, similar ao adotado durante a pandemia de covid-19, para socorrer especialmente as pessoas que perderam suas atividades remuneradas e estão desempregadas. A medida ainda não foi anunciada oficialmente pelo governo.

Lula também convocou para esta segunda uma reunião ministerial extraordinária com todos os ministros para debater medidas de apoio às vítimas das enchentes e citou principalmente as famílias que estão em abrigos, que somam quase 80 mil pessoas. Há mais de 538 mil pessoas desalojadas de suas ca-

sas e que estão em casas de amigos ou parentes.

"Hoje, eu estou convocando uma reunião extraordinária do governo, com todos os ministros, para que a gente discuta a atuação do governo para resolver os problemas mais graves que estamos vendo, pela imprensa, pela televisão, pelas conversas, que é a questão dos abrigos, de milhares de pessoas que estão fora de casa e precisam de acolhimento", afirmou.

"Não vamos descansar enquanto o Rio Grande do Sul não estiver 100% de pé, vendendo e emprestando o orgulho do povo gaúcho", completou o presidente.

## PERFIL X CONSTRUTORA S.A.

CNPJ/MF: 08.733.497/0001-69 - NIRE: 33.3.0030743-5  
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - ESCRITURA DECLARATÓRIA ORDINÁRIA "TERMO DE RESOLUÇÃO" FIRMADA PELA ÚNICA ACIONISTA PLENA PARTICIPAÇÕES S.A., EM 22 DE ABRIL DE 2024. (Ata lavrada sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76):  
1 - DATA, HORA E LOCAL: Em 22 de abril de 2024, às 09:00 (nove) horas, na sede social da Sociedade, na Estrada Velha de Maricá, 249 - parte, Várzea das Moças, na Cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, CEP: 24.753-511. 2 - CONVOCAÇÃO E PRESENCIA: Dispensadas as formalidades de convocação haja vista a presença da totalidade dos acionistas da Sociedade, considerando a condição do Perfil X Construtora S.A. de subsidiária integral da Plena Participações S.A., nos termos do artigo 251, § 2º, da Lei 6.404/76, conforme apontamentos no Livro de Registro de Ações, e a condição de representantes da acionista conferida à Sra. Danyelle Cruz Lopes e ao Sr. Marcelo Chagas Viana. 3. MESA: Presidente: Sr. Marcelo Chagas Viana; Secretária: Sra. Danyelle Cruz Lopes. 4 - ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE: 4.1. Aprovar, sem qualquer ressalva ou emenda, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados no Diário Oficial e no Jornal Diário do Acionista, nas edições do dia 17 de abril de 2024. 4.2. Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 34.571.458,91 (trinta e quatro milhões, quinhentos e setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa e um centavos), da seguinte forma: a) Distribuição de Dividendos aos Acionistas, no valor de R\$ 23.779.911,47 (vinte e três milhões, setecentos e setenta e nove mil, novecentos e onze reais e quarenta e sete centavos); b) para a conta de Lucros Acumulados (Ajustes de Exercícios Anteriores), o valor de R\$ 3.292.412,03 (três milhões, duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e doze reais e três centavos); e c) para a conta de Lucros Acumulados o valor de R\$ 7.499.135,41 (sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos), conforme justificativas expostas pela diretoria. 4.3. Fixar a remuneração anual global de seus administradores em até R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Não havendo outros assuntos a serem discutidos, o Sr. Presidente agradeceu a participação de todos. Ficam arquivados na sede da Companhia e à disposição de qualquer Acionista todos os documentos submetidos à apreciação desta Assembleia Geral Extraordinária referidos nesta ata. Aprovada a lavratura da ata das deliberações tomadas em Assembleia sob a forma de sumário, como facultado no art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. 5 - ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada, e assinada por todos os presentes. São Gonçalo (RJ), 22 de abril de 2024. Certifico que a presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio. Danyelle Cruz Lopes - Secretária. Jucerja nº 6209417 em 29/04/2024.

## CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA

CONDOMÍNIO DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO VILLAGE ITAPEBA - CNPJ nº 06.142.250/0001-42, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do processo nº EIS-PRO-2023/09098, a renovação da Licença Municipal de Operação nº EIS-LMO-2024/00057 com validade de 120 meses para Estação de Tratamento de Esgoto, situada na Rua Francisco de Paula, 526 - Jacarepaguá - Rio de Janeiro/RJ em substituição a Licença de Operação nº FE011679.

## EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A.

Aviso de Licença  
A ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A., torna público que recebeu do IBAMA, a Licença de Operação nº 1660/2024, com validade de 1 ano a partir da assinatura, em 24/04/2024, para Operação, manutenção e melhoramentos da Rodovia BR-116/RJ, denominada Rodovia Presidente Dutra, trecho entre o Km 163 e Km 209,6 (SNV 2019), no Estado do Rio de Janeiro, com extensão total de 46,6 km, situada entre o Entroncamento da BR-116/RJ com a BR-101(B)/RJ (Trevo das Margaridas - Rio de Janeiro/RJ) ao Entroncamento da BR116/RJ com a BR-465 (Seropédica/RJ).

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA SAÚDE  
BRASIL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.003/2024**

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.003/2024 no dia 24/05/2024 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de medicamentos (GLICERINA (GLICEROL) SUPPOSITÓRIO PEDIÁTRICO, MOLDE 1,5 A 2 G, GLICLAZIDA 30 MG COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA, ALANILGLUTAMINA 200 MG/ML INJETÁVEL, FRASCO OU BOLSA 100 ML e etc) Processo nº. 33409.010178/2023-20. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

**Geração Biomassa Santa Candida II S.A.**  
CNPJ/MÉ nº 14.759.176/0001-36 - NIRE 33.3.0035299-6  
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária  
São convidados os Senhores Acionistas da Geração Biomassa Santa Candida II S.A. a participarem das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária que se realizarão em sua sede social, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 4º andar, sala 403, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028 (Referência: entrada pela Av. Antonio Gallotti), às 14:00 horas do dia 21 de maio de 2024, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) reatualizar o Instrumento de Particular de Transformação do Tipo Sociedade ocorrido em 05 de fevereiro de 2024 por conta do equívoco relacionado a denominação social da Companhia, bem como as Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas em 13 de fevereiro de 2024 e 14 de fevereiro de 2024 acerca das informações constantes nos atos supracitados referentes ao valor do capital social e quantidade de ações, data de assinatura no fecho do documento, denominação social da Companhia e consolidação do artigo 5º do estatuto social; (ii) consolidar o estatuto social da Companhia; Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) reeleger e eleger os diretores da Companhia; (iii) deliberar sobre a remuneração global anual dos administradores da Companhia; e (iv) Instruções e Informações Gerais. Rio de Janeiro, RJ, 10/05/2024. Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Diretor.  
(11, 14 e 15/05/2024)

## Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist  
Arcebispo do Rio de Janeiro

### Síndrome do céu azul

O Rio Grande do Sul enfrenta uma tragédia de proporções devastadoras, com centenas de pessoas entre vítimas fatais e desaparecidas, e milhares de desabrigados devido às recentes chuvas.

Ao final do *Regina Coeli* de 5 de maio, o Papa Francisco também manifestou sua solidariedade, pedindo que o Senhor acolhesse os mortos e confortasse suas famílias, assim como àquelas que deixaram seus lares.

Neste momento de dor e sofrimento, é essencial que a Igreja e os católicos de todo o Brasil se unam em solidariedade para apoiar os irmãos e irmãs que passam por esta situação, assim como fizemos em outros tantos momentos da história.

A solidariedade está enraizada nos ensinamentos de Jesus Cristo e é central nos ensinamentos deixados por Ele. Além dos trabalhos da Igreja com suas pastorais e departamentos sociais unidos à defesa civil dos municípios e aos trabalhos dos militares, necessitamos de dar alguns passos.

Aqui em nossa região, após uma das tragédias que sofremos, um irmão bispo criou essa frase: "Cuidado com a 'síndrome do céu azul'". Em 22 de abril, a nossa Província Eclesiástica esteve reunida com os bispos e os responsáveis pela área social e ecológica para conversar sobre esse assunto, pois também sofremos muito com esse tipo de ocorrência e que se repete continuamente em nossas cidades.

Neste momento difícil, nós unimos nossas forças para minimizar a tragédia que ocorre no sul do Brasil, como o fazemos também em nossas regiões. Isso faz parte de nossa vida cristã, que vê as dificuldades de seus irmãos e irmãs e parte em socorro deles.

Porém, passado o momento crítico, tudo se estabiliza e nenhuma das providências estudadas ou anunciadas vai adiante. Muitas famílias continuam sem habitações e com dificuldade de sobreviver como consequência do ocorrido. Ficam pendentes muitas questões: o desassoreamento dos rios, as matas ciliares, o problema da sustentabilidade ecológica, o local da construção das habitações, a solução para os desabrigados, a segurança das estradas e das pontes etc.

O momento atual é de socorro imediato como temos feito em todo o Brasil, divulgando o número do Pix do Regional Sul 3, incentivando os voluntários para fazerem parte da defesa civil, levando gêneros alimentícios e de higiene em nossas bases militares para serem transportados até o Rio Grande do Sul, além das orações que fazemos pelas famílias enlutadas e pelos falecidos na tragédia. Além das pastorais sociais, as comunidades também desempenham um papel importante na promoção da solidariedade no Brasil. Muitas congregações religiosas mantêm obras sociais, como escolas, creches, hospitais e abrigos, que atendem diretamente às comunidades carentes e marginalizadas. Recordamos o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro que se une aos irmãos do sul para o resgate de pessoas com sua equipe especializada.

Mas não podemos nos acomodar com a chegada do 'céu azul'. Quais as medidas que poderemos tomar com relação aqueles que tudo perderam?

Quais medidas para prevenir futuros incidentes parecidos? Quais atitudes devemos tomar para que no futuro tenhamos situações mais controladas diante das catástrofes ambientais?

Ao longo da História do Brasil, a Igreja Católica tem sido um constante apoio e esperança para as comunidades afetadas por tragédias naturais. Mas, além da assistência de urgência, necessitamos das transformações mais profundas na legislação e nas atitudes concretas dos responsáveis em servir à nação.

Na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, todos se solidarizam ao povo do Rio Grande do Sul. Estamos distantes geograficamente, mas muito próximos de seus corações sofridos. Neste momento de dor e grande sofrimento, invocamos a proteção de Deus, nosso Pai misericordioso, e a intercessão de Nossa Senhora, para que ampare todos os atingidos por esta tragédia. Que a esperança contagie a todos neste tempo de solidariedade fraterna, olhando a reconstrução futura.

Rogamos, especialmente, pelas almas daqueles que foram chamados à Casa do Pai e pelos que aqui permanecem, enfrentando a perda de seus entes queridos, lares e meios de subsistência. Que a certeza da Ressurreição console a todos neste tempo pascal.

Encorajamos as paróquias, comunidades, grupos e fiéis de todo o Brasil a continuarem mobilizando-se em gestos concretos de auxílio e fraternidade. Alguns aeroportos e bases aéreas também estão recebendo doações para serem levadas para nossos irmãos do sul, assim como a divulgação do número do Pix para as doações em dinheiro.

Porém, enquanto o socorro vai chegando e a vida vai se estabilizando diante de uma catástrofe como essa, não podemos nos acomodar. Como fazer para prevenir outras no futuro? Que tipo de atitudes somos chamados a ter e que trabalhos devemos fazer em nossos territórios para que durante o tempo do 'céu azul' façamos a nossa parte para que, quando ocorrer outro tipo semelhante de situação, as nossas regiões estejam preparadas e organizadas para enfrentar o problema?

A tragédia no Rio Grande do Sul é um chamado à ação para toda a Igreja Católica e o povo de Deus. É um momento para demonstrar solidariedade, apoio e amor ao próximo, seguindo os ensinamentos de Cristo. Que a união e a esperança guiem nossos esforços de socorro e reconstrução, fortalecendo os laços de fraternidade e compaixão. Mas é muito importante também pensar no futuro, não só do Rio Grande do Sul, mas de todas as regiões que continuamente sofrem com a intempéries da natureza.

Mais uma vez, unimo-nos aos irmãos bispos do Regional Sul 3 da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - neste momento de dor, perda, sofrimento e catástrofe natural. Queremos apresentar aos nossos queridos irmãos, ao clero e ao amado povo gaúcho nossa proximidade espiritual para que, terminadas as chuvas, o povo possa reconstruir suas vidas com dignidade, sem nunca perder a esperança de que Cristo nos guia e ilumina em todas as situações, particularmente nas adversidades.

## CARGOS

# Alesp gasta R\$ 2,7 mi para reduzir indicações políticas

HEITOR MAZZOCO/AE

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) já gastou R\$ 2,7 milhões, em pouco mais de dois anos, para analisar um caminho para a redução do número de cargos ocupados na casa por indicados políticos. Apesar do dinheiro e do tempo gasto, o processo ainda não foi concluído e o Legislativo paulista segue mantendo apadrinhados em praticamente 80% dos cargos ocupados na assembleia, mesmo tendo pessoas aprovadas em concurso público que poderiam estar nestas funções. A Alesp promete concluir o trabalho até agosto.

A discussão sobre o excesso de servidores em cargos comissionados - a denominação oficial para os indicados políticos - começou em 2019, quando uma ação popular foi apresentada à Justiça questionando o volume de indicados dentro da casa legislativa de São Paulo. O tema também foi alvo do Ministério Público.

Diante das pressões, o comando da Alesp contratou, em fevereiro de 2022, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para elaborar um estudo sobre a reestruturação de cargos no Poder Legislativo. Inicialmente, o prazo para conclusão da análise era dezembro de 2022. De lá para cá, o contrato entre a Alesp e a Fipe foi alterado três vezes para ampliar o prazo de entrega do trabalho. O valor do acordo, inicialmente fixado em R\$ 2,5 milhões, já ultra-

passa a marca de R\$ 3 milhões. A Alesp já desembolsou R\$ 2,7 milhões do total previsto atualmente.

O número de cargos ocupados por indicações políticas segue acima das cadeiras ocupadas por concursados. A Alesp dispõe de um total de 4.104 postos de trabalho, sendo que, atualmente, 3.497 estão efetivamente ocupados, de acordo com dados checados pelo *Estado* junto ao Poder Legislativo na última quarta-feira. Desse total de ocupados, 2.749 são comissionados, ou seja, quase 80% das pessoas que trabalham na Alesp atualmente não fizeram concurso público e estão lá por indicação.

Procurada, a Alesp afirmou que parte do trabalho contratado com a Fipe já foi entregue e que esse material serviu como base para a elaboração de uma resolução (resolução 942/2024), aprovada em fevereiro passado, que define diretrizes para a reforma e estruturação dos cargos administrativos da Casa. Ainda segundo o Poder Legislativo paulista, o contrato com a Fipe "ainda não foi concluído devido ao último módulo tratar do mapeamento de macroprocessos de implementação estratégica e governança, decorrentes da aprovação da citada resolução 942/2024 e da aplicação da nova lei de licitações na Alesp". A previsão é de que o acordo e o trabalho se encerrem em agosto. A Fipe não respondeu aos questionamentos da reportagem, alegando que apenas a Alesp,

como contratante dos serviços prestados pela Fundação, poderia falar sobre o assunto.

O alto número de cargos de livre nomeação foi alvo do Ministério Público em 2019, quando foi apresentada à Justiça a ação popular questionando o tema. A promotora Eliane Maria Caboclo Capellini chegou a desatar, em seu parecer, que a Constituição de São Paulo prevê cargos comissionados apenas em situações excepcionais.

"A Constituição do Estado de São Paulo (...) impõe como regra geral o concurso público para 'a investidura em cargo ou emprego público', admitindo apenas como medida excepcional as hipóteses de 'nomeações para cargo em comissão'", escreveu a promotora em seu parecer.

De acordo com a promotora, a desproporcionalidade que ocorre na Alesp é uma afronta constitucional. "Ante o imperioso reconhecimento de que a regra é a nomeação por concurso público, desvirtuar tal regra para transformar os cargos comissionados como regra de nomeação, em qualquer dos Poderes da Administração Pública, configura manifesta afronta aos princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública, tais como a isonomia, moralidade administrativa e impessoalidade", afirmou a promotora no documento.

A representante do Ministério Público também observou que o número alto de cargos em comissão pode atrapalhar os andamentos dos serviços públicos

prestados pela Assembleia Legislativa. Isso porque qualquer pessoa - desde que comprove, por exemplo, ser ficha limpa - pode ser nomeada para cargos em comissão na Alesp.

"O excesso de cargos comissionados, em sua maioria selecionados entre pessoas externas à Administração Pública, acaba conflitando com a necessidade de eficiente cumprimento das funções da Assembleia Legislativa, na medida em que se mostra mais interessante para a sociedade a predominância numérica de técnicos, admitidos por mérito comprovado em concurso público e com estabilidade de carreira, o que se coaduna melhor com a complexa função legislativa, inserida no tão importante 'processo legislativo', que requer conhecimentos e linguagem técnica, de modo que para a qual não deveriam concorrer tantas nomeações de caráter político, e não técnico", disse a promotora.

Apesar da manifestação do MP, a ação popular acabou arquivada. Ela chegou a ser julgada procedente, em 2021, na primeira instância da Justiça paulista. Mas o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) acolheu os argumentos apresentados pela Alesp em um recurso ao TJ e reverteu a decisão. Mesmo com a posição favorável do TJ-SP, o comando da Assembleia Legislativa de São Paulo resolveu contratar a Fipe para estudar um caminho para reestruturar o processo de ocupação dos cargos administrativos da Casa.

## HABITAÇÃO

# Governo de São Paulo entrega 90 moradias para famílias em Matão

O governador em exercício Felício Ramuth entregou ontem, em Matão, na região norte de São Paulo, 90 casas do residencial Noale, compradas por famílias beneficiadas com subsídios do estado. Por meio do programa Casa Paulista, a gestão paulista investiu R\$ 900 mil em cartas de crédito para que as famílias com renda de até três salários-mínimos pudessem realizar o sonho da casa própria, adquirindo os imóveis direto com a construtora do empreendimento.

"Parabéns pelo empenho e esforço de cada um de vocês. Isso é fruto da dedicação e trabalho de vocês. O Estado está dando uma 'forcinha', mas todo o mérito é de cada um de vocês", afirmou Felício. "Um trabalho brilhante aqui em Matão, que dá exemplo da capacidade da parceria e do trabalho conjunto com a iniciativa privada, que em apoio com o governo estadual pode construir sonhos junto com cada um de vocês", acrescentou o governador em exercício.

Participaram do ato de entrega

do residencial o secretário executivo da secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Eli Corrêa Filho, parlamentares estaduais, municipais, gestores, além de representantes das empresas responsáveis pela obra.

Com 45,92 m<sup>2</sup> de área construída, as moradias possuem dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro, e foram edificadas em lotes a partir de 176 m<sup>2</sup>, permitindo projetos de ampliação, caso seja o desejo dos proprietários.

Cada família recebeu o aporte de R\$ 10 mil por meio do Programa Casa Paulista, na modalidade Carta de Crédito Imobiliário (CCI) para comprar seu primeiro imóvel. O empreendimento foi construído pela iniciativa privada e financiado pela Caixa Econômica Federal.

### CARTA DE CRÉDITO

O Casa Paulista, na modalidade CCI, é um programa de fomento do Governo de São Paulo que concede subsídios às famílias com renda de até três salários mínimos, para adquirirem unidades

habitacionais nos empreendimentos autorizados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, no âmbito de financiamentos Caixa-FGTS.

A demanda é aberta a todos que se enquadram nos critérios do programa e que tenham a habilitação devidamente aprovada pela Caixa Econômica Federal, que é a responsável por conceder o financiamento habitacional das moradias.

O valor do subsídio varia entre R\$10 mil e R\$16 mil, de acordo com a localização do imóvel. O crédito pode ser somado a subsídios federais e à utilização do FGTS no financiamento habitacional, quando disponível. Desta forma, o valor das prestações fica compatível com a capacidade de pagamento das famílias.

Com a modalidade de subsídio habitacional, o objetivo da gestão estadual, é auxiliar os municípios na redução do déficit habitacional. Os recursos dos benefícios são provenientes do orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

### APAS SHOW 2024

Mais cedo, na capital, Felício teve encontro com gestores do setor de varejo supermercadista, alimentos e bebidas na abertura da APAS Show 2024, maior feira de negócios, tecnologia e inovação do segmento das Américas. O evento teve a participação do vice-presidente da república Geraldo Alckmin, ministros, parlamentares, federais, estaduais e municipais, gestores e empresários.

"Desde o início da gestão do governador Tarcísio de Freitas trabalhamos com a missão de melhorar o ambiente de negócios, o acesso a qualificação, estimular mercados e ampliar a infraestrutura logística do Estado de São Paulo. O nosso governo tem convicção de que o emprego é o melhor programa social que existe", afirmou o governador em exercício.

A Apas Show 2024 reúne até quinta-feira (16), mais de 850 expositores, sendo 200 internacionais, e perspectiva de geração de negócios de mais de R\$ 14 bilhões.

## DEPUTADA

# Amália Barros é sepultada na presença da família e amigos

JEAN ARAÚJO/AE

Foi sepultada às 11h desta segunda-feira, a deputada federal Amália Barros (PL) em Mogi Mirim/SP, cidade natal da parlamentar. Estiveram presentes na cerimônia, entre outros políticos, Michelle Bolsonaro, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e vários deputados do PL.

Michele Bolsonaro e Amália

eram amigas e, juntas, comandavam o PL Mulher com os cargos de presidente e a vice-presidente, respectivamente. A relação de ambas ficou conhecida após Michelle pedir que Amália retirasse a prótese ocular durante um evento do PL Mulher em João Pessoa/PB em julho de 2023. Nos últimos dias, ex-primeira-dama vinha compartilhando o desejo que Amália melhorasse e pedindo orações por

ela. Em um evento do partido em Aracaju/SE que Michelle participou após a deputada ter passado pela cirurgia do pâncreas, ela pediu que intercedesse por sua amiga.

"A nossa deputada Amália Barros, nossa vice-presidente, foi fazer uma cirurgia no pâncreas e está em estado grave. E a dor dela é a nossa dor. E está sendo muito difícil estar aqui hoje", relata Michelle.

Após a anúncio oficial do óbito de Amália no domingo passado, Arthur Lira compartilhou sua homenagem. Lira relata em sua conta do X que a deputada trabalhou incansavelmente pela classificação da visão monocular como deficiência sensorial.

O caso trata-se de uma da Lei 14.126/21, proposta por Amália que, ao classificar "visão monocular como deficiência sensorial, estende os mesmos direitos e benefícios previstos para pessoas com deficiência. Uma conquista ímpar para o segmento", diz Lira. Ainda em 2021, Amália fundou o Instituto Nacional da Pessoa com Visão Monocular. Inicialmente homônimo ao seu nome, a fundação fornece assistência social aos monolares e próteses.

## STF

# Cármem conduzirá inquérito de fake news sobre chuvas no RS

RAYSSA MOTTA/AE

A ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), vai conduzir o inquérito aberto a pedido do governo federal para investigar a disseminação de notícias falsas envolvendo as enchentes no Rio Grande do Sul.

A investigação, que tramita em sigilo, foi distribuída ao gabinete da ministra por sorteio. Como relatora, ela tem a atribuição de analisar todos os pedidos de produção da prova - como depoimentos, buscas, quebras de sigilo e prisões - que venham a ser apresentados pela Polícia Federal (PF) e pela Procurado-

ria-Geral da República (PGR).

Embora o ministro Alexandre de Moraes já esteja à frente do inquérito das fake news, que se debruça sobre notícias falsas e ameaças antidemocráticas, a nova investigação sobre desinformação envolvendo as enchentes foi instaurada como um processo autônomo.

O inquérito foi aberto a partir de um pedido da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), que cobrou providências do Ministério da Justiça para contra "narrativas desinformativas e criminosas" que estariam afetando a "credibilidade" de instituições como as Forças Arma-

das e o governo federal.

"Solicito que providências cabíveis sejam tomadas pelos órgãos competentes desse Ministério, tanto para a apuração dos ilícitos ou eventuais crimes relacionados à disseminação de desinformação e individualização de condutas quanto para reforçar a credibilidade e capacidade operacional das nossas instituições em momentos de crise", diz um trecho do ofício assinado pelo ministro Paulo Pimenta, chefe da Secom.

O documento menciona publicações do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG) e de influenciadores de

direita. Opositores do governo reagiram e acionaram a PGR. Eles alegam que há uma tentativa de "censura" a críticas legítimas.

O combate à desinformação tem sido um dos temas prioritários do trabalho da ministra no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ela assume a presidência da Corte em junho, para organizar as eleições municipais. Foi Cármem Lúcia quem elaborou, por exemplo, a resolução que proibiu a disseminação de fake news manipuladas por inteligência artificial, as chamadas deep fakes, e abriu caminho para punir plataformas que não removerem conteúdos falsos com agilidade.

## CANTAGALO

# Prefeito sobe em palco, xinga eleitores e diz para não votarem nele

JEAN ARAÚJO/AE

O prefeito de Cantagalo (RJ), Guga de Paula (PP) subiu ao palco em show ao ar livre no sábado passado, e mandou os eleitores irem "à merda". Além disso, ele pediu que não votem mais nele. O ocorrido, no distrito de Euclidelândia, que faz parte do município, foi gravado e compartilhado nas redes sociais.

O evento era uma cavalgada na cidade da Região Serrana do Rio de Janeiro, no qual cantor Pedro Garcia iria se apresentar. No vídeo, Guga de Paula alegava ser amigo do músico e ir ao local para prestigiar-lo. Após subir ao palco e pegar o microfone, ele fala:

"Não quero que vocês votem em mim nunca mais, que eu não sou candidato, vocês votem em quem vocês quiserem. Eu vou mandar tudo mundo à merda. Sabe por quê? Eu vim aqui como prefeito para respeitar o meu amigo Pedro Garcia. Me respeite. Não quero voto de ninguém. E vocês, vão todo mundo à merda. E quem não quiser votar em mim, vai todo mundo à merda".

No vídeo, o prefeito aparece com sinais de embriaguez, apresentando voz arrastada e

atropelando as palavras. Ao se dirigir a fala ao público, Guga é vaiado. Após isso, ele passa o microfone a Garcia que fala brevemente, sugere cantar uma música, mas perde o microfone para Guga de Paula novamente, que acrescenta: "Só falo para vocês... Segurança, esse cara me desacatou. Prende ele, prende ele!"

Garcia tenta falar mais uma vez, mas o político finaliza: "Eu quero agradecer aos organizadores da festa, parabéns para vocês. Parabéns, parabéns. Vocês não precisam votar mais em mim, que não quero mais voto de ninguém."

## IMPEACHMENT

Essa não foi a primeira vez que Guga de Paula causou polêmica em sua vida política. Em dezembro de 2023, o prefeito de Cantagalo apareceu em uma gravação de câmera de segurança em um bar perseguindo um homem com uma arma. Ele foi preso por porte ilegal, porém foi solto após pagar fiança no valor de R\$ 4.000.

Na ocasião, a Câmara de Vereadores pediu impeachment do político, porém houve apenas quatro votos favoráveis, sendo necessários oito. A solicitação foi, então, arquivada.

## TRAGÉDIA NO RS

# Guaíba passa de 5 metros e prefeito pede que 'não voltem para casa'

O nível do Guaíba voltou a subir e chegou a 5,04 metros às 17h15 de ontem, em Porto Alegre, de acordo com a Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA). A previsão das autoridades é de que, devido ao atual volume de chuvas no Rio Grande do Sul, a cota chegue ao pico de 5,5 metros hoje. O recorde histórico é de 5,35 metros, registrados no último dia 5.

Em 1941, quando Porto Alegre também foi invadida pelas águas, o pico da cheia naquele ano foi de 4,76 metros. A cota de inundação do Guaíba é 3 metros.

Com a nova cheia do Guaíba, o prefeito Sebastião Melo (MDB) acredita que o número de atingidos pelas inundações pode aumentar ainda mais. "O apelo que quero fazer é que ninguém volte para casa. Tomara que não chegue a 5,5 (metros), mas eu tenho de acreditar na ciência, nos hidrólogos. Não dá para voltar e pode até estender um pouquinho essa lâmina (de água), atingindo 6 mil pessoas a mais", disse em entrevista coletiva.

O Rio Grande do Sul vive a maior tragédia climática de sua história, atingido por fortes tem-

porais desde o último dia 29. Segundo a Defesa Civil estadual, 447 dos 497 municípios gaúchos foram impactados, e mais de 500 mil pessoas foram obrigadas a deixar suas casas. Em consequência das chuvas, 127 pessoas seguem desaparecidas.

Como o *Estadão* mostrou, brigadistas que trabalham no centro histórico de Porto Alegre, uma das regiões mais atingidas pela chuva, e no bairro São João tentam convencer últimas pessoas a deixarem a região. A concentração dos maiores volumes de chuva na Serra Gaúcha

preocupa, já que é onde nascem os rios que desagüam, por exemplo, no Guaíba.

A enchente no centro de Porto Alegre, mesmo após a baixa temporária da água, ainda chega a dois metros em alguns pontos. O vazio destoa das ruas movimentadas do centro em dias normais. Palácios históricos, como o Mercado Público, estão cercados pela água. Na rodoviária e na estação de trem, a paisagem, com vagões em meio às águas, mostra como o cotidiano dos gaúchos foi totalmente interrompido pelas cheias.

# Lula sobre enchentes no RS: parece que as pessoas não cuidaram das comportas

CAIO SPECHOTO  
E SOFIA AGUIAR/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, que a enchente no Rio Grande do Sul não teria acontecido só por causa das chuvas. Ele mencionou um mau cuidado de comportas. Há um sistema desse tipo em Porto Alegre, por exemplo. Lula deu as declarações em reunião ministerial sobre as enchentes. O compromisso foi fechado, mas a fala inicial do pre-

sidente foi divulgada pela assessoria de imprensa no Palácio do Planalto.

"Esse fenômeno que aconteceu me parece que não foi só chuva. Me parece que teve um fenômeno também das pessoas que não cuidaram das comportas que deveriam ter cuidado há muito tempo", disse o presidente da República.

O petista disse que o compromisso de seu governo é deixar o Rio Grande do Sul "como era antes das chuvas". Segundo ele, o

governo não tem estrutura para lidar com as doações na velocidade cobrada. Segundo ele, há necessidade de fazer reconhecimento, seleção e necessidade das demandas.

Lula disse que a reunião era emergencial para alinhar o governo, principalmente sobre o Rio Grande do Sul. Ele disse que há uma infinidade de programas sobre o tema, inclusive de médio e longo prazo. O chefe do Executivo também disse que ministros não anunciarem ideias.

Antes, seria necessário transformar a ideia em uma "política real", e que ideias podem terminar sem construir ações sólidas. Ele também disse que quer que a reunião seja curta.

O presidente da República também declarou que negacionistas tentam deslegitimar as discussões sobre as mudanças climáticas. Também afirmou que deve apresentar um plano nacional para resolver as enchentes no Rio Grande do Sul.

## AÇÃO JUDICIAL

# Senado vota escolha de foro competente à residência das partes

JULIA CAMIM/AE

O Senado deve analisar em sessão plenária de hoje, o projeto de lei que estabelece que a escolha do foro de competência onde será ajuizada uma ação deve ter relação com o domicílio de pelo menos um envolvido no processo. A proposta visa impedir a escolha aleatória ou abusiva do órgão do Poder Judiciário onde será protocolada a demanda para evitar a sobrecarga de determinados tribunais e a oferta de vantagens às partes. Se aprovado, o texto segue para a sanção presidencial.

De acordo com o Código de Processo Civil, que regulamenta o tema, futuros réu e autor da ação podem modificar a competência, ou seja, a distribuição da ação entre os vários órgãos da Justiça, em razão do valor da causa ou do território por meio da eleição de foro. Esta cláusula é estabelecida pelas partes para ajustar onde a ação será proposta em caso de questionamento judicial dos direitos e obrigações decorrentes do contrato em questão.

No entanto, esta escolha, de acordo com o autor do projeto, deputado federal Rafael Prudente (MDB-DF), quando feita de forma aleatória, pode violar a "boa-fé objetiva, cláusula geral que orienta toda a sistemática jurídica".

Segundo o parlamentar e o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, o senador Eduardo Gomes (PL-TO), a eleição de foro para ajuizamento da ação pode se tornar abusiva quando ela se dá em um contexto de escolha daquele que parece "mais favorável à tese em discussão".

Ainda para os congressistas, as partes podem buscar se beneficiar ao escolher órgãos que possuam "uma tramitação processual mais rápida ou lenta, a depender dos interesses envolvidos".

Para justificar a medida, o texto apresentado cita o caso do Tribunal de Justiça do Rio de

LULA MARQUES/ABRASIL



Federal e dos Territórios (TJDFT) que, segundo Prudente, pelo fato de ter uma tramitação processual ágil, "vem recebendo uma enxurrada de ações" que elegeram o Distrito Federal como foro para julgamento da causa "mesmo sem qualquer relação do negócio ou das partes com a localidade".

Por isso, o relatório de Gomes, apresentado à CCJ pelo senador Weverton (PDT-MA) (foto), o relator ad hoc, no último dia 8, quando foi aprovado, concorda com a tese de que a "escolha injustificada de foro pode resultar em prejuízo à sociedade daquela área territorial, sobrecarregando tribunais que não guardam qualquer pertinência com o caso".

Sendo assim, o texto altera o artigo do Código de Processo Civil que trata da modificação da competência e eleição de foro para acrescentar que a escolha, para produzir efeito, necessita, obrigatoriamente, "guardar pertinência com o domicílio de uma das partes ou com o local da obrigação".

Além disso, a proposta considera como abusivo o ajuizamento em juízo que não tem vínculo com a residência das partes ou com o negócio jurídico discutido na demanda. Esta medida pode, inclusive, justificar a declinação da competência de ofício sob argumento de que "o direito constitucional de propor ação deve necessariamente firmar-se em razoável fundamentação jurídica para sua distribuição territorial".

# Chuvas no Rio Grande do Sul: 102 trechos de rodovias têm bloqueio total ou parcial

GUILHERME  
PORTANOVA/ABRASIL

O estado do Rio Grande do Sul tem 102 trechos de rodovias federais e estaduais com bloqueios total ou parciais por

causa das enchentes. Grande parte das interdições é nas estradas que passam pela Serra Gaúcha.

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), dos pontos interditados, 56 estão em ro-

dovias federais. Na via que liga Nova Petrópolis a Caxias do Sul, uma ponte cedeu após o nível de água do rio aumentar.

Com a tendência do rio Guaíba subir, podendo chegar à marca de 5,5 metros, e de outros rios

do estado, a PRF irá avaliar a segurança de trechos que haviam sido liberados, ou seja, se terão de ser fechados novamente, segundo o porta-voz da PRF, Ricardo de Paula, em entrevista à *TV Brasil*.

nária, fossem transferidos para a conta da Defesa Civil do Rio Grande do Sul.

O ministro contou que "conversou longamente" com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e brevemente com o presidente Lula. "Esse foi o primeiro dinheiro que chegou."

O ministro Luís Roberto Barroso participou ontem do J20, encontro de representantes das Supremas Cortes e Tribunais Constitucionais dos países do G20, da União Europeia e da União Africana, realizado no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

# Barroso destina multas pecuniárias da Justiça para a Defesa Civil do RS

JULIANA GARÇON/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, afirmou ontem que o Judiciário conseguiu fazer chegar ao Rio Grande do Sul R\$ 106 milhões, direcionados à Defesa Civil do estado, "primeiro dinheiro que chegou" à região. Os recursos fo-

ram originados de multas pecuniárias. Barroso lembrou que não se tratou de uma contribuição "propriamente judicial" e frisou: "Foi a maior quantidade de recursos chegada no Rio Grande do Sul. Foi originária do Poder Judiciário."

"O Judiciário tem uma quantidade de recursos que são as penas pecuniárias. Em

muitos casos o Código Penal prevê, em lugar da pena de prisão, o pagamento que se chama de pena pecuniária", explicou. "Então fiz uma recomendação no Conselho Nacional de Justiça que esses dinheiros que estavam em depósitos, sobretudo nas varas criminais e que tem o juiz tem um certo poder de disposição discricio-

**INDENIZAÇÃO**

# Juíza condena União a pagar R\$ 1 milhão a vítima da ditadura

FAUSTO MACEDO/AE

A juíza federal Fernanda Ribeiro Pinto, da 4ª Vara Federal de Niterói, condenou a União a indenizar - por danos morais - em R\$ 150 mil, ou cerca de R\$ 1 milhão atualizados, o professor João Florêncio Junior, vítima de prisão ilegal e torturas no regime militar (1964-1985). Hoje com 73 anos, João Florêncio foi preso em 1972. À época, tinha 21.

A magistrada julgou parcialmente procedente o pedido. Ela pontuou que nos autos do processo a União 'sequer contestou de forma específica tais alegações, as quais foram suficientemente corroboradas pelas provas'.

A União sustentou, porém, que a pretensão do autor da ação estaria prescrita. Mas a juíza observou que o Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento de que, em casos em que houve 'patente violação de direitos humanos, em um cenário de regime de exceção, a pretensão é imprescritível'.

Sobre o valor da indenização deverão incidir correção monetária, conforme estabelecido pela Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, e juros de mora a partir da data da prisão, ocorrida em 25 de abril de 1972, conforme determinado pela Súmula 54 do STJ - atualizado, o valor da indenização ultrapassa R\$ 1 milhão.

Para o advogado do professor, João Pedro Brígido, a sentença reflete 'ainda que minimamente, a gravidade dos atos cometidos contra o autor e a necessidade de reparação histórica e moral'.

A prisão de João Florêncio ocorreu no dia 25 de abril de 1972. Segundo a ação, o professor foi levado às dependências do DOI-Codi e torturado pelas Turmas de Interrogatório Preliminar. Só foi libertado em 11 de dezembro de 1972, quase 8 meses depois.

O DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações e Defesa Interna) era o braço mais pesado da repressão. Ele funcionava junto aos comandos militares.

Ao condenar a União, a juíza federal observou que 'há provas de que, durante o tempo em que permaneceu em cárcere, (João Florêncio) foi submetido à tortura'.

A decisão diz que, em 1972,

o professor foi preso, em Pernambuco, por um 'órgão de segurança', enquanto cursava bacharelado de Física, por causa de seu suposto envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e de prática de 'atividades subversivas'.

"Fica claro que a prisão foi motivada por razões políticas", escreveu a juíza Fernanda Ribeiro Pinto, para quem 'o regime militar agiu estratégica e coordenadamente e, um por um, jogou os presos para o DOI-Codi, que realizava os interrogatórios iniciais e lá submetia os militantes a choques elétricos, pau de arara e sessões de espancamento'.

Ela ressalta que 'a tortura foi o instrumento que permitiu ao Doi Codi extrair as informações dos presos e, a partir delas, chegar a novos integrantes do PCBR' - como narrado, tempos depois, junto à Comissão da Verdade, pelo deputado e professor de economia da Universidade Federal de Pernambuco, Pedro Eugênio, que foi vizinho de cela de João Florêncio.

Para o advogado João Pedro Brígido, que representou o professor na ação, a decisão judicial 'não apenas reconhece os danos sofridos pelo professor, mas também reafirma o compromisso do Poder Judiciário com a verdade, a justiça e a memória histórica, contribuindo para que episódios sombrios como os ocorridos durante a ditadura militar não sejam esquecidos e para que as violações aos direitos humanos nunca mais se repitam em nosso país'.

"A sentença revela um compromisso das instituições brasileiras em reparar, ainda que minimamente, os danos causados pela injustificável violência do Estado contra aqueles que pensavam diferente do regime ditatorial", avalia Brígido.

Para o advogado, 'ao condenar a tortura e o aprisionamento ilegal, o Poder Judiciário não consegue, nem pretende, apagar esses terríveis fatos da história'.

"Também não é capaz de fazer sumir os irreversíveis abalos psíquico e físico provocados à vítima. No entanto, sentenças como esta garantem que a arbitrariedade do Estado não passará impune pelo Poder Judiciário nem será esquecida pela sociedade", argumenta João Pedro Brígido.

**JUSTIÇA**

# OAB Rio pede anulação do aumento das custas

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) tem prazo até o dia 20 deste mês para se manifestar a respeito das custas judiciais praticadas no estado. A decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é uma resposta ao pedido de providências protocolado pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio.

A entidade de classe pede a anulação do aumento nas custas judiciais. "As custas no patamar em que estão impedem o acesso à Justiça por parte dos cidadãos e o livre exercício da nossa profissão", disse o presidente da OAB-RJ, Luciano Bandeira.

A atuação junto ao CNJ é mais um movimento da campanha "A Justiça Custa um Absurdo, idealizada pela presidente da Comissão de Celeridade Processual da entidade, Ana Tereza Basilio. A advogada alerta sobre os valores proibitivos cobrados pelo TJRJ e que já reuniu mais de 10 mil

adesões a um abaixo-assinado. "É uma batalha de todos. Ninguém vai à Justiça porque quer, mas, sim, porque precisa. Quem pretende buscar soluções no Poder Judiciário não pode encontrar nos valores um obstáculo que dificulte o exercício da própria cidadania".

"Um dos principais obstáculos de acesso à Justiça no Brasil se refere ao valor das custas cobradas pelo Poder Judiciário e pelos cartórios extrajudiciais localizados em todo o território nacional", diz o pedido da OAB-RJ. A entidade classifica como abusivo o reajuste estabelecido pelo tribunal e afirma que o aumento dos valores representa uma evidente violação do direito do previsto no artigo 5º da Constituição Federal: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

**EUA**

# Ex-advogado de Trump depõe e complica vida do 'ex-patrão'

Foi a vez nesta segunda-feira, do ex-advogado de Donald Trump, Michael Cohen, prestar depoimento no caso de pagamentos ilícitos no caso da atriz pornô Stormy Daniels. Considerado a principal testemunha no caso, até mais do que o explícito depoimento da própria Stormy Daniels, Cohen afirmou que fazia tudo o que o ex-presidente mandava, incluindo mentir e intimidar em seu nome.

O depoimento de Cohen pode ajudar a moldar o resultado do primeiro caso criminal contra um presidente americano, que dá indícios de caminhar para a sua reta final. Os promotores de Manhattan dizem que podem encerrar a apresentação das provas até o final da semana.

Cohen descreveu-se como um "solucionador" que fazia de tudo para Trump, reportando-se apenas ao homem que ele descreveu como "o chefe". Ele contou como trabalhou com Trump e o editor de longa data do tabloide *The National Enquirer*, David Pecker, para ajudar a campanha presidencial de Trump em 2016.

O testemunho de uma pessoa com tal conhecimento íntimo das atividades de Trump pode aumentar a exposição legal do futuro candidato presidencial republicano se os jurados o considerarem suficientemente crível. Mas politicamente, a dependência de promotores em uma testemunha com um passado tão problemático - Cohen se declarou culpado de acusações federais relacionadas aos pagamentos e por mentir ao Congresso - pode ser um trunfo para Trump, pois ele arrecada dinheiro com seus problemas legais e pinta o caso como o produto de um sistema de Justiça criminal corrompido.

Cohen deve testemunhar sobre seu papel na organização de pagamentos de silêncio em nome de Trump durante sua primeira campanha presidencial, incluindo para a atriz pornô Stormy Da-

niels, que contou aos jurados na semana passada que os \$130,000 que ela recebeu em 2016 eram para impedi-la de tornar pública uma relação sexual que ela diz ter tido com Trump em uma suíte de hotel uma década antes.

Ele também é importante porque os reembolsos que recebeu formam a base das acusações de falsificar registros comerciais. Os procuradores dizem que os reembolsos foram registrados como despesas legais para ocultar o verdadeiro propósito dos pagamentos, no que alegam ser um esforço para interferir ilegalmente na eleição presidencial de 2016. Os pagamentos em si não configurariam crime pela legislação americana, mas a ocultação nos registros sim.

Trump evitava fazer contato visual com Cohen enquanto o advogado começou seu testemunho relatando sua criação em Long Island como filho de um sobrevivente do Holocausto e sua experiência profissional com Trump.

Os advogados de defesa prepararam um contra-interrogatório pesado para Cohen, dizendo aos jurados durante as declarações iniciais que o conselheiro transformado em inimigo é um "mentiroso confesso" com uma "obsessão em atingir o presidente Trump".

Espera-se que os promotores tentem neutralizar esses ataques ao solicitar um testemunho detalhado de Cohen sobre seus crimes passados. Eles também chamaram outras testemunhas cujas contas, esperam, irão reforçar o testemunho de Cohen. Essas testemunhas incluíram um advogado que negociou os pagamentos de silêncio em nome de Daniels e uma modelo da Playboy; um editor de tabloide que se comprometeu a ser os "olhos e ouvidos" da campanha de Trump; e a própria Daniels.

O papel de Cohen como prin-

cipal testemunha da acusação reforça ainda mais a desintegração de uma relação mutuamente benéfica que era tão próxima a ponto de o advogado dizer que "levaria um tiro por Trump". Após a casa e o escritório de Cohen serem invadidos pelo FBI em 2018, Trump o cobriu de elogios nas redes sociais, elogiando-o como uma "pessoa fina com uma família maravilhosa" e prevendo - incorretamente - que Cohen não iria "virar".

Meses depois, Cohen fez exatamente isso, declarando-se culpado em agosto das acusações federais de financiamento de campanha em que implicou Trump. Nesse ponto, a relação estava irrevogavelmente quebrada, com Trump postando na plataforma de mídia social então conhecida como Twitter: "Se alguém está procurando um bom advogado, eu sugeriria fortemente que você não retenha os serviços de Michael Cohen!"

Mais tarde, Cohen admitiu ter mentido ao Congresso sobre um projeto imobiliário em Moscou que ele perseguiu em nome de Trump durante o calor da campanha republicana de 2016. Ele disse que mentiu para ser consistente com a "mensagem política" de Trump.

Espera-se que os advogados de defesa explorem todos os desafios que acompanham uma testemunha como Cohen. Além de pintá-lo como não confiável, eles também devem retratá-lo como vingativo, rancoroso e movido por uma agenda.

Desde o desentendimento deles, Cohen emergiu como um crítico de Trump, aparecendo tão recentemente quanto na semana passada em um TikTok ao vivo vestindo uma camisa apresentando uma figura semelhante a Trump com as mãos alçadas, atrás das grades. Na sexta-feira, o juiz pediu aos promotores que o avisassem para se abster de fazer mais declarações

sobre o caso ou Trump.

"Ele falou extensivamente sobre seu desejo de ver o presidente Trump ir para a prisão", disse o advogado de Trump, Todd Blanche, durante as declarações iniciais. "Ele falou extensivamente sobre seu desejo de ver a família do presidente Trump ir para a prisão. Ele falou extensivamente sobre o presidente Trump ser condenado neste caso."

Não importa como seu testemunho se desenrole, Cohen é indiscutivelmente central para o caso, como evidenciado pelo fato de que seu nome foi mencionado na presença do júri durante as declarações iniciais mais de 130 vezes - mais do que qualquer outra pessoa.

Outras testemunhas, incluindo o ex-editor do *National Enquirer* David Pecker e a ex-conselheira de Trump Hope Hicks, testemunharam longamente sobre o papel que Cohen desempenhou na organização para abafar histórias que se temia serem prejudiciais à candidatura de Trump em 2016. E os jurados ouviram uma gravação de áudio de Trump e Cohen discutindo um plano para comprar os direitos de uma história de uma modelo da Playboy, Karen McDougal, que disse ter tido um caso com Trump.

Durante um enorme comício no sábado na cidade turística de Wildwood, no sul de Nova Jersey, Trump reviveu sua crítica ao caso, culpando erroneamente o presidente Joe Biden por orquestrar as acusações de Nova York, chamando o caso de um "julgamento espetáculo de Biden".

Esse argumento ignora a realidade de que o caso corre com promotores locais em Manhattan que não trabalham para o Departamento de Justiça ou qualquer outro escritório da Casa Branca. O Departamento de Justiça disse que a Casa Branca não teve envolvimento nos dois casos criminais contra Trump trazidos pelo conselho especial Jack Smith.

**GAZA**

# Guterres reforça pedido por cessar-fogo após morte de agente da ONU

CAMILA XAVIER/AE

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, reforçou a urgência de um cessar-fogo imediato em Gaza, em uma

publicação na tarde desta segunda-feira, em seu perfil no X, antigo Twitter.

O pedido veio após a notícia de que um veículo das Nações Unidas tinha sido atingido na Faixa de Gaza nesta segunda-fei-

ra. Um funcionário da organização morreu e outro ficou ferido.

Guterres também reiterou seu apelo pela libertação de todos os reféns e condenou os ataques contra funcionários da ONU.

Ele lembrou que até o momento, mais de 190 colaboradores da organização foram mortos em Gaza, no conflito contra Israel. "Os trabalhadores humanitários devem ser protegidos", afirmou.

**AUSTRÁLIA**

# Juiz suspende proibição de vídeo de esfaqueamento, em vitória para X

O juiz do Tribunal Federal Australiano, Geoffrey Kennett, suspendeu ontem, a proibição da plataforma de mídia social X, antigo Twitter, de mostrar aos australianos o vídeo de um bispo sendo esfaqueado em uma igreja de Sydney. Kennett disse que publicaria seus motivos para suspender a ordem mais tarde.

A proibição temporária foi

colocada em vigor em 22 de abril, mas o juiz australiano rejeitou o pedido da Comissão de Segurança Eletrônica da Austrália para estender a ordem judicial que expirou ontem.

A decisão foi uma vitória para a empresa rebatizada pelo bilionário Elon Musk quando ele comprou o Twitter no ano passado.

AX foi a única entre as platafor-

mas de mídia social a se recusar a remover o vídeo do bispo Mar Mari Emmanuel sendo esfaqueado.

Musk argumentou que estava defendendo um princípio de liberdade de expressão. Os legisladores australianos o acusaram de arrogância e de falta de senso de responsabilidade social.

A rede social X também está entrando com uma ação judicial

separada contra a comissária de segurança eletrônica Julie Inman Grant, ex-funcionária do Twitter, que questiona a validade de sua notificação exigindo que a plataforma remova o vídeo do ataque de 15 de abril em uma igreja ortodoxa assíria. Espera-se que o juiz considere a possibilidade de marcar uma data de audiência amanhã.

**Nota****CHUVAS E LAVA VULCÂNICA FRIA MATAM DEZENAS NA INDONÉSIA**

Um temporal que atingiu a Indonésia na última semana já deixou dezenas de mortos no país. Equipes de emergência encontraram 41 pessoas mortas até ontem, e outras 17 estão desaparecidas. As chuvas se concentraram na ilha de Sumatra e provocaram no sábado passado, um deslizamento de lava vulcânica fria do monte Marapi. As águas de um rio da região transbordaram e deixaram cerca 200 casas e edifícios debaixo d'água. As cheias também bloquearam com lama

as principais estradas da região e cortaram o acesso a outras cidades. "O mau tempo, as estradas danificadas e o acesso bloqueado por lama e detritos complicaram os esforços de socorro", disse o dirigente da Agência de Assistência a Catástrofes da Sumatra Ocidental, Ilham Wahab à Associated Press. Em imagens da Agência Nacional de Busca e Salvamento é possível ver árvores arrancadas e uma grande quantidade de lama em aldeias da ilha. A lava fria é a combinação do material vulcânico, como cinzas, areias e rochas. Como aconteceu na Indonésia, as fortes chuvas podem provocar a mistura e fazer com que ela se movimente ao longo de crateras.